



<https://doi.org/10.51880/ho.v29i1.1561>



A análise de conteúdo e o tratamento de fonte orais: uma visão do sul global sobre a Unesco e sua relação com o patrimônio mundial

Dalânea Cristina Flôr*

ORCID iD 0009-0005-5401-5843

Universidade da Região de Joinville, Joinville, Brasil

Fernando Cesar Sossai*

ORCID iD 0000-0002-6757-4151

Universidade da Região de Joinville, Joinville, Brasil

Resumo: Este artigo tem como objetivo problematizar duas questões centrais: a atuação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no reconhecimento e na titulação de patrimônios mundiais, considerando a diversidade cultural global dos bens culturais; e a análise da perspectiva de *experts* do sul global envolvidos com o processo de fabricação, modelagem e uso do patrimônio cultural. No contexto dessa discussão, destacamos o uso da Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin (2021) como uma possibilidade metodológica para o tratamento de fontes orais. As conclusões destacam o papel da Unesco na construção da ideia de patrimônio mundial e na proteção e valorização de bens culturais, além de apontarem preocupações, dificuldades, desafios, tensões e conflitos que precisam ser enfrentados pelo campo do patrimônio.

Palavras-chave: análise de conteúdo; história oral; Unesco.

Content analysis and the processing of oral sources: a global south perspective of Unesco and its relationship with world heritage

Abstract: The aim of this article is to present two central questions: to reflect on the work of the United

* Doutora em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (Univille). Pedagoga e mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Servidora pública – cargo de Pedagoga na UFSC. E-mail: d.c.flor@ufsc.br.

* Doutor e mestre em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Graduado em História pela Universidade da Região de Joinville (Univille). Professor dos Programas de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade e em Educação da Univille e Coordenador do Laboratório de História Oral da Univille. E-mail: fernando.sossai@univille.br.

Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco) in recognizing and listing world heritage sites, taking into account the global cultural diversity of cultural goods and the perspective of global south involved in the process of making, modelling and using cultural heritage. In this sense, we also highlight the use of Content Analysis, by Laurence Bardin (2021) as a methodological possibility in the treatment of oral sources. The conclusions underline UNESCO's role in constructing of the world heritage idea and in protecting and valuing cultural goods, as well as pointing out concerns, difficulties, challenges, tensions and conflicts that need to be faced by the heritage field.

Keywords: Content Analysis; Oral History; Unesco.

Este artigo tem o propósito de compartilhar discussões parciais da pesquisa de doutorado “Proposições educativas da Unesco para o patrimônio mundial: o que evidenciam os documentos, o que dizem as pessoas envolvidas”, referentes ao patrimônio mundial da Unesco à luz da Convenção de 1972.¹

No texto, refletimos sobre a atuação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) na construção e reconhecimento de bens culturais como patrimônio mundial, procurando confrontar as perspectivas de *experts* que, de alguma maneira, estão envolvidos com o processo de fabricação, modelagem ou uso desse tipo de patrimônio cultural.

Consideramos que as narrativas desses *experts* podem contribuir para problematizar as interpretações e práticas por eles sinalizadas, uma vez que podem delinear limites e extravasamentos frente aos princípios e diretrizes da Organização. Entendemos que as entrevistas poderão explicitar versões e, talvez, contraversões presentes nos documentos e nas práticas da Unesco, contribuindo para as reflexões necessárias para o campo do patrimônio.

Além disso, como uma inovação metodológica, destacamos o uso da Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin (2021) e seus comentaristas, para o tratamento metodológico das fontes orais (Bardin, 2016; Cavalcante; Calixto; Pinheiro, 2014; Franco, 2005; Sampaio; Portela; Boff de Araujo, 2022; Silva; Fossá, 2015).

Fundada em 1945, em um contexto de perdas e destruição após as duas guerras mundiais, a Unesco foi criada como uma agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU), com um mandato ideológico voltado à construção da paz e à garantia da segurança entre os povos (Radun; Sossai; Coelho, 2022).

A “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”, de 1972, documento que fabrica a ideia de patrimônio mundial (Heinich; Machado; Sossai, 2018; Sossai, 2022), surgiu a partir das preocupações com as perdas que o

1 A pesquisa conta com o financiamento do Programas de Assistência Financeira Estudantil do Ensino Superior de Santa Catarina - UNIEDU/FUMDES. Também, a tese contou com período de Doutorado Sanduiche, modalidade curta duração, na Universidade de Leeds (Inglaterra), subsidiado com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc).

contexto pós-guerras poderia provocar ao patrimônio cultural.² O título de patrimônio mundial seria uma forma de incentivar ações de proteção aos bens culturais. Para a sua implementação, foram publicadas, em 1977, as “Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial”,³ documento por meio do qual os bens culturais são modelados (Gfeller; Eisenberg, 2016; Sossai, 2020) para serem considerados patrimônios de Valor Universal Excepcional (VUE).

Diferentemente da Convenção de 1972, que permanece inalterada desde a sua publicação, o documento com as Orientações Técnicas vem sendo atualizado ao longo do tempo, com a intenção de se adequar às necessidades advindas dos debates sobre a compreensão de patrimônio cultural e garantir a representatividade da diversidade cultural global na Lista do Patrimônio Mundial. Porém, é possível afirmar que a Unesco tem alcançado esses objetivos?

Essas questões são abordadas neste texto por meio de diálogos travados com os entrevistados, isto é, os *experts* que acumularam vasto conhecimento sobre patrimônio mundial a partir de suas trajetórias acadêmicas e profissionais relacionadas ao campo do patrimônio cultural, particularmente junto aos órgãos de gestão do patrimônio no Brasil, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e às agências colaboradoras da Unesco em matéria de patrimônio mundial, como o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos)⁴, o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (Iccrom)⁵, União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN).⁶

A análise de conteúdo como técnica de tratamento das fontes de história oral

O uso de entrevistas de história oral na investigação daquela tese foi previsto para abordar questões específicas sobre as perspectivas da educação da Unesco para o patrimônio mundial. Para isso, buscamos identificar pessoas cujas trajetórias profissionais estivessem vinculadas ao patrimônio mundial e à Unesco e, quando possível, à educação relacionada.

Após identificar pessoas com o perfil adequado para a investigação, estabelecer

2 O documento pode ser consultado no *site* da Unesco. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2026.

3 O documento pode ser consultado no *site* da Unesco, de sua primeira versão de 1977 até a sua atualização mais recente, de 2025. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/guidelines/>. Acesso em: 25 mar. 2026.

4 Para saber mais, visite o *site* da instituição. Disponível em: <https://www.icomos.org/en>. Acesso em: 25 mar. 2026.

5 Para saber mais, visite o *site* da instituição. Disponível em: <https://www.iccom.org>. Acesso em: 25 mar. 2026.

6 Para saber mais, visite o *site* da instituição. Disponível em: <https://iucn.org>. Acesso em: 25 mar. 2026.

contato com cada uma delas e conciliar agendas, compusemos um grupo com oito *experts* do patrimônio cultural para serem entrevistados.

Foram realizadas duas entrevistas com *experts* estrangeiros, quatro com *experts* brasileiros e duas com gestores públicos atuantes no estado de Santa Catarina. Por questão de contribuição das narrativas ao tema, nesta seção, abordaremos apenas as entrevistas concedidas pelos seis primeiros, deixando as entrevistas dos outros dois gestores do estado catarinense para análises posteriores.

As entrevistas foram realizadas no período de setembro de 2023 a abril de 2024, de modo *online*, seguindo as orientações da metodologia de história oral (Meihs; Seawright, 2021; Meihs; Holanda, 2022; Seawright; Maceno, 2023).⁷

O roteiro prévio continha questões relacionadas à trajetória acadêmica e profissional dos entrevistados, à experiência de cada um deles com o patrimônio mundial, à compreensão de educação patrimonial e de valor universal excepcional preconizado pela Unesco, na percepção de cada entrevistado. Ao final, deixávamos um espaço aberto para os *experts* acrescentassem algo que considerassem necessário.

A dinâmica das entrevistas, conforme literatura da área, permitiu abordar outras questões, indo além dos aspectos diretamente relacionados ao objetivo da pesquisa, possibilitando a identificação de outras categorias de análise, desdobradas das audições e transcrições das entrevistas, entre elas: fabricação e modelagem do patrimônio; história e gestão do Iphan; Unesco; Convenção de 1972; usos do patrimônio; participação no patrimônio; organismos internacionais; valor universal excepcional; e gestão de bens culturais.

Para Sampaio, Portela e Beff de Araújo (2022), que propõem a atualização da técnica de Análise de Conteúdo de Bardin no Brasil, quem analisa o conteúdo busca realizar interpretações, conexões ou deduções de maneira lógica, a partir do tratamento de vestígios dos fenômenos encontrados no material analisado. Com base em Sampaio e Lycarião (2021), esses autores entendem que a Análise de Conteúdo é composta por três etapas, com suas devidas subdivisões, quando necessário:

1. **Conceituação:** se refere à identificação do problema e à construção da/s pergunta/s de pesquisa.⁸
2. **Desenho da análise de conteúdo:** diz respeito à seleção do material a ser

7 A realização do projeto foi aprovada no Comitê de Ética da Univille em 26 de julho de 2023. CAAE: 67109523.7.0000.5366.

8 Na pesquisa de tese nos perguntamos: Existem, de maneira evidente/explicita, proposições educativas específicas, por parte da Unesco, para o patrimônio mundial?; Se existem, elas são direcionadas para públicos diversos?; Em que medida as proposições educativas da Unesco estimulam e promovem relações educacionais entre o patrimônio mundial e as pessoas que vivem nas imediações e/ou usufruem do bem?; Há relação entre as proposições educativas da Organização para o patrimônio mundial e a noção de valor universal excepcional?

analisado,⁹ à sua subdivisão em unidade de análise/unidade de codificação, se necessário, e à elaboração de categorias para a análise; e,

3. **Análise:** tem como objetivo a interpretação dos dados.

Assim, o primeiro momento de tratamento de dados das entrevistas consistiu na realização de algumas audições de cada entrevista; a transcrição de todas elas e em uma última leitura acompanhada de audição para a identificação de conteúdos que possibilitassem a composição de categorias analíticas.

A segunda etapa foi a transferência dos textos/conteúdos destacados para uma ficha de categorização primária para cada entrevistado e a criação de categorias ou pequenas sínteses do conteúdo extraído das narrativas.

Por fim, as categorias foram codificadas com a letra inicial do nome do entrevistado e o número de ordem de aparição da categoria na ficha. No caso dos nomes com as mesmas iniciais, acrescentamos a primeira letra do segundo nome de um deles para diferenciá-los.

Nos recortes das fichas a seguir (Figuras 1 e 2), ilustramos o processo de categorização primária descrito. Em razão do tamanho dos documentos, que variam entre 5 e 13 páginas, apresentamos aqui apenas parte de duas fichas.

| CATEGORIZAÇÃO PRIMÁRIA DAS ENTREVISTAS | | | | |
|--|-------------------------|--|--|---|
| UNIDADE AMOSTRAL | UNIDADE DE ANÁLISE | UNIDADE DE REGISTRO OU SIGNIFICAÇÃO /TEMA | UNIDADE DE CONTEXTO | CATEGORIA 1 |
| Entrevistas dos entrevistados | Falas dos entrevistados | Objetivos específicos, ideias trazidas pelos entrevistados, conceitos teóricos | Exceto das falas dos entrevistados | Palavras-chave |
| | | Cultura Unesco/Convenção de 1972 | ...na verdade os dossiês não eram levados de surpresa, havia discussões prévias, havia antes mesmo, "olha, está frágil, tal coisa", o dossiê x "aquí está faltando..." "o mapeamento não está...linham que ser referenciado..." então era muito mais uma troca assim, do que um padrão Unesco. Não tinha um padrão, como padrão FPA, não era uma coisa assim, eles se perguntam a respeito as diversidades locais, as opções, as oportunidades e tal. As imposições não eram assim tão estritas, eles estavam na verdade interessados em ampliar a lista aqui de bens mundiais, eles viam isso como essencial, eram sensíveis as condições nos vários países de dar respostas efetivas para esse nível de exigência que eles tinham. | Unesco como orientadora para a composição do dossiê de candidatura (D17) Respeito à diversidade local (D16) Respeito à opção do estado-parte (D19) Interesse em ampliar a lista de património (D20) Sensíveis a demanda dos países por representatividade (D21) |
| | | | ...nenhum dos macros acontecimentos da nação brasileira, seja a escravidão, sejam as chagas da escravidão ou ciclos econômicos, como do ouro, da cana de açúcar, da urbanização, eles não estão devidamente representados no mapa de patrimônio nacional! | Mapa falho no quesito representatividade (D22) |
| | | | O Valongo é um processo que nada de braços porque eles sabem que também tem a sua culpa, não só na história da escravidão, na falta de movimentos reconhecidos na África, ligados à história, à reflexão sobre essa questão toda da escravidão nas Américas e não me consta que tenha encontrado grandes resistências, com exceção de um outro questionamento da materialidade da região. | Internamente a Unesco conhece as falhas de representatividade da Lista, principalmente nas questões sensíveis como escravidão (D23) Flexibilidade em algumas situações para minimizar suas falhas (ex.: Caso do Valongo – escravidão) (D24) |

Figura 1 – Recorte da ficha de categorização primária individual - entrevistado D (sem cabeçalho).

Fonte: autoria própria.

9 Na tese de doutorado, como um todo, estão sendo analisados documentos da Unesco, entrevistas de história oral e documentos de alguns casos de referência. Para este artigo, o material analisado são as entrevistas que, com base na técnica de Análise de Conteúdo, está caracterizado desta maneira: Unidade amostral: entrevistas; Unidade de análise: fala dos entrevistados; Unidade de registro ou significação/tema: objetivos específicos, ideias trazidas pelos entrevistados, conceitos teóricos identificados nas narrativas; Unidade de contexto: excertos das falas dos entrevistados; Categorias: palavras-chave destacadas da relação entre unidade do contexto e objeto da investigação.

| CATEGORIZAÇÃO PRIMÁRIA DAS ENTREVISTAS | | | | |
|--|--------------------------|--|---|--|
| UNIDADE AMOSTRAL | UNIDADE DE ANÁLISE | UNIDADE DE REGISTRO OU SIGNIFICAÇÃO /TEMA | UNIDADE DE CONTEXTO | CATEGORIA 1 |
| Entrevistas | Faixas das entrevistadas | Objetivos específicos, ideias trazidas pelos entrevistados, conceitos técnicos | Excerto das faixas das entrevistadas | Palavras-chave |
| | | Cultura Unesco/Convenção de 1972 | <p>o procedimento de análise da Unesco em relação às Missões, foi totalmente diferente em relação às fortificações, elas foram muito mais exigentes agora. Eles têm sido mais exigentes em termos de coisa de qualidade das informações. Em relação às candidaturas anteriores que foram apresentadas, como Paraty, Calis do Valongo, já pediram bem mais informações, informações de um nível elevado, tipo levantamento.....nós fizemos usando o Google Earth, a Unesco disse que era completamente inaceitável. Não era esse mesmo critério usado em relação às candidaturas anteriores. Elas foram muito mais liberais em relação a essas candidaturas. (CASTRO, 2023)</p> <p>Por exemplo, as formas de agir da Unesco estão muito ligados a autenticidade, a integridade quando foi feita a paisagem cultural, existia uma ideia muito específica: vamos preservar as paisagens tradicionais dos agricultores, o desafio que nós vemos é fazer avançar nesse sentido.</p> <p>[se referindo a interação da educação com os outros setores da Unesco – educação e ciência] a Unesco faz parte de um comitê gestor claro do Centro Lucio Costa, assim como é o Icomos, a IUCN, o ICCROM eles que teriam que trazer essa questão para nós, não somos nós que vamos dizer: eha vocês fazem isso em tal lugar por que não fazem aqui? Então, a gente depende muito deles e eles não trazem esse tipo de questão para cá. Seria muito bem recebido, com certeza...ir além da área de patrimônio eu não vejo. (CASTRO, 2023)</p> | <p>Mudanças culturais/procedimental – Unesco está mais exigente (A18)</p> <p>Formas de agir da Unesco estão muito ligados a autenticidade, a integridade (A20)</p> <p>Desafio - Avançar nos critérios de autenticidade e integridade para alcançar patrimônios mais complexos. Ex: paisagem (A21)</p> <p>Unesco, Icomos IUCN como orientadores e divulgadores de experiências de sucesso (A22)</p> |

Figura 2 – Recorte da ficha de categorização primária individual - entrevistado A (sem cabeçalho).

Fonte: autoria própria.

A partir dessa primeira codificação, criamos uma segunda ficha por entrevistado, a fim de realizar as demais categorizações necessárias, deixando um espaço para possíveis interpretações individuais prévias dos dados.

Essas fichas também ficaram bastante extensas.¹⁰ Portanto, apresentamos aqui apenas um recorte de duas delas, com finalidade ilustrativa, para demonstrar como as sínteses ou categorias foram sendo decompostas até permitirem a interpretação.

10 Para exemplificar, a partir da entrevistada S, foram identificadas 70 categorias/sínteses na primeira ficha individual, que geraram 19 categorias/sínteses na segunda ficha, considerando todos os conteúdos vinculados à pesquisa abordados pela entrevistada.

| CATEGORIA FINAL E INTERPRETAÇÃO | | |
|---|--|--|
| INSTITUIÇÃO UNESCO | | |
| CATEGORIA TERCIÁRIA | CATEGORIA QUATERNÁRIA | INTERPRETAÇÃO/INFERÊNCIAS |
| Instituição marcada pelo DAP (S18) | DAP | Corroborando com a literatura da área do patrimônio mundial, a Unesco é citada por alguns entrevistados como uma instituição marcada pelo DAP, eurocêntrica e conservadora. |
| Eurocêntrica (A14) | Eurocêntrica | |
| Conservadora (A15) | Conservadora | |
| Representatividade para a Unesco está ligada à quantidade (A12) | Representatividade é sinônimo de quantidade | A postura da Unesco diante da Lista do PM explicita a sua dupla contradição quando, em seu discurso para equilibrar a representatividade defende a quantidade de representações sem qualquer relação com a dimensão geografia e a diversidade cultural existente nos estados-partes e, ao mesmo tempo em que apresenta uma Lista majoritariamente representada por países da Europa ocidental, mesmo aqueles de extensão geográfica muito menores que o Brasil, por exemplo. |
| Representatividade para a Unesco não está ligada à diversidade cultural(A13) | | |
| A Unesco reconhece a desigualdade de representatividade da Lista do PM (D9) | Fragilidades e incapacidade de resolver os problemas | Corroborando com a literatura da área do PM, os entrevistados entendem que a Unesco reconhece a sua fragilidade referente a representatividade cultural na Lista do PM, no entanto, tem sido incapaz de resolver tal problema. Com um olhar mais amplo frente a Organização, Caraballo (2024), considera que a Unesco tem tido problemas de outros ordens, nomeadamente, perda de poder político, falta de recurso financeiro a dificuldade de acompanhar os avanços no conceito de patrimônio. Para ela, a convenção foi importante, pode ser considerada a pedra fundacional do patrimônio mundial; ela transformou a noção de patrimônio material; coordenou e difundiu os seus valores, mas atualmente está defasada, ultrapassada e impossível de avançar. (CARABALLO, 2024) |
| Suscetível a mudanças (A18) | | |
| A convenção de 1972 PM está ultrapassada, defasada, não tem como avançar (CC7) | | |
| A Unesco perdeu força política e está sendo substituída (CC4) | | |
| A falta de recurso , além de dificultar atuação da Unesco, ainda, por vezes pode provocar ações contraditórias a sua filosofia (CC5) | | |
| Unesco tem sido incapaz de resolver as fragilidades (D10) | | |
| | | |

Figura 3 – Recorte da ficha de categorização secundária, terciária e interpretação individual - entrevistada S (sem cabeçalho).

Fonte: autoria própria.

| INSTITUIÇÃO UNESCO | | | |
|---|---------------------------------|---|---|
| CATEGORIZAÇÃO E INTERPRETAÇÃO | | | |
| CATEGORIA PRIMÁRIA | CATEGORIA SECUNDÁRIA | CATEGORIA TERCIÁRIA | INTERPRETAÇÃO |
| A Unesco está em decadência (CC11) | A Unesco está sendo substituída | A Unesco perdeu força política e está sendo substituída (CC3) | O entrevistado está bastante pessimista em relação a Unesco. Para ele a Organização está em decadência, pois não tem mais recursos e perdeu seu poder político. Ela está sendo substituída por outros grupos "centros, multicentros", como ele afirma, que estão mais atualizados sobre a noção de patrimônio e avançando para a compreensão do patrimônio imaterial. Esta situação, segundo o entrevistado, provoca, por vezes, situação contrária a filosofia da Organização. (CARABALLO, 2024) |
| Unesco não tem mais peso político (CC13) | | | |
| A Unesco está sendo substituída , perdendo força (CC25) | | | |
| A Unesco está sendo substituída pelo Brics (CC14) | | | |
| Outros centros - multicentros - estão se formando e substituindo o lugar da Unesco (CC21) | | | |
| Unesco não tem recurso (CC12) | Unesco não tem recurso | A falta de recurso, além de dificultar atuação da Unesco, ainda, por vezes pode provocar ações contraditórias a sua filosofia (CC3) | |
| A falta de recurso leva a Unesco a agir contrariamente a seu discurso (CC28) | | | |
| A Unesco precisa acompanhar os novos centros - novas leituras patrimoniais para o século 21 (CC22) | Discurso precisa ser renovado | O discurso da Unesco precisa ser renovado com base no valor imaterial de patrimônio e situação de novos centros (CC3) | O discurso da Unesco precisa ser renovado com base no valor imaterial do patrimônio, acompanhando as discussões de novos centros que despontam com força e a fragilizam. (CARABALLO, 2024) |
| A Unesco precisa acompanhar os novos centros (CC23) | | | |
| O discurso patrimonial precisa se renovar ao tempo presente (CC24) | | | |
| O valor imaterial seria o novo foco (CC26) | | | |

Figura 4 – Recorte da ficha de categorização secundária, terciária e interpretação individual - entrevistado CC (sem cabeçalho).

Fonte: autoria própria.

Por fim, elaboramos uma terceira ficha de categorização que, a partir das categorias terciárias por entrevistado, gerou categorias sínteses – a categoria quaternária – que possibilitou a interpretação dos dados, conforme modelo.

| CATEGORIA QUARTENÁRIA E INTERPRETAÇÃO | | |
|---|--|--|
| UNESCO | | |
| CATEGORIA TERCIÁRIA | CATEGORIA QUATERNÁRIA | INTERPRETAÇÃO/INFERÊNCIAS |
| Instituição marcada pelo DAP (S16) | DAP | Corroborando com a literatura da área do patrimônio mundial, a Unesco é citada por alguns entrevistados como uma instituição marcada pelo DAP, eurocêntrica e conservadora. |
| Eurocêntrica (A14) | Eurocêntrica | |
| Conservadora (A15) | Conservadora | |
| Representatividade para a Unesco está ligada a quantidade (A12) | Representatividade e sinônimo de quantidade | A postura da Unesco diante de Lista do PM explicita a sua dupla contradição quando, em seu discurso para equilibrar a representatividade defende a quantidade de representações sem qualquer relação com a dimensão geográfica e a diversidade cultural existente nos estados-partes e, ao mesmo tempo em que apresenta uma Lista majoritariamente representada por países da Europa ocidental, mesmo aqueles de extensão geográfica muito menores que o Brasil, por exemplo. |
| Representatividade para a Unesco não está ligada a diversidade cultural(A13) | | |
| A Unesco reconhece a desigualdade de representatividade da Lista do PM (D9) | Fragilidades e incapacidade de resolver os problemas | Corroborando com a literatura da área do PM, os entrevistados entendem que a Unesco reconhece a sua fragilidade referente a representatividade cultural na Lista do PM, no entanto, tem sido incapaz de resolver tal problema. Com um olhar mais amplo frente a Organização, Ceraballo (2024), considera que a Unesco tem tido problemas de outras ordens, nomeadamente, perda de poder político, falta de recurso financeiro e dificuldade de acompanhar os avanços no conceito de patrimônio. Para ele, a convenção foi importante, pode ser considerada a pedra fundacional do patrimônio mundial; ela transformou a noção de patrimônio material; coordenou e difundiu os seus valores, mas atualmente está defasada, ultrapassada e impossível de avançar. (CERABALLO, 2024) |
| Suscetível a mudanças (A16) | | |
| A convenção de 1972 PM está ultrapassada , defasada, não tem como avançar (CC7) | | |
| A Unesco perdeu força política e está sendo substituída (CC4) | | |
| A falta de recurso , além de dificultar atuação da Unesco, ainda, por vezes pode provocar ações contraditórias a sua filosofia (CC5) | | |
| Unesco tem sido incapaz de resolver as fragilidades (D10) | | |

Figura 5 – Recorte da ficha de categorização final – todos os entrevistados (sem cabeçalho).
Fonte: autoria própria.

As interpretações/inferências conduzidas a partir do tratamento dos dados dessas fichas, ilustradas pelas narrativas dos entrevistados colocadas em diálogo e apresentadas no tópico a seguir, proporcionaram reflexões importantes sobre a Unesco e a sua relação com o patrimônio mundial.

O que pensam e disseram os entrevistados sobre a Unesco e sua relação com o patrimônio mundial

Referências no contexto do patrimônio cultural, cada entrevistado, a seu modo e por meio de diferentes vínculos institucionais, expressam em sua trajetória profissional alguma relação com a Unesco, seja por meio do uso/aplicação da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972) e das Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, ou pela realização de alguma atividade em parceria ou a convite da Unesco, ou pela participação em algum órgão consultivo da Organização.

Adler Homero Fonseca de Castro é brasileiro, graduado, mestre e doutor em História. Possui vasta experiência de trabalho no Iphan, além de ter atuado na Fundação Pró-Memória e no Museu Histórico Nacional (MHN) do Rio de Janeiro. Embora suas atividades, em sua totalidade, nem sempre tenham estado diretamente vinculadas ao patrimônio mundial, elas sempre caminharam em paralelo a essa temática.

Mais especificamente, o seu trabalho com patrimônio mundial está associado à candidatura do conjunto de fortificações brasileiras a patrimônio mundial, para a qual foi convidado a elaborar uma proposta de candidatura.

Ao longo da entrevista, no entanto, Castro revelou outros envolvimento com questões relacionadas ao patrimônio mundial, como a sua experiência com avaliação de duas candidaturas: a de um canal na Alemanha e a de uma cidade na Índia, evidenciando seu conhecimento e experiência sobre a temática.

Adriana Careaga¹¹ é uruguaia, tem formação como professora de História, é licenciada em Educação e mestre em Políticas Públicas. Possui cerca de 15 anos de experiência na gestão de patrimônio cultural em Montevidéu, é presidente do Icomos do Uruguai pelo segundo mandato e membro do conselho administrativo do Icomos internacional (2023-2026).

Sua relação com o patrimônio mundial se dá por meio de sua vinculação com o Icomos, organização na qual já participou da análise de três dossiês de candidatura a patrimônio mundial e integrou a delegação oficial do Icomos Internacional para o Comitê da Unesco, realizado em julho de 2024, na Índia.

Ciro Caraballo¹² é venezuelano naturalizado mexicano. Arquiteto, historiador, mestre em Turismo e Patrimônio e doutor em Arquitetura. Foi membro do Icomos Mexicano, do Comitê do século XX do Icomos Internacional e do Conselho Internacional de Museus (Icom). Possui uma ampla e consolidada relação com programas e projetos patrimoniais vinculados à Unesco. Além de participar de processos de construção de candidaturas exitosas a patrimônio mundial, como a do Bairro Histórico da Cidade de Colônia de Sacramento¹³ e a da Obra de Eladio Dieste – Igreja de Atlantida, ambas no Uruguai, atuou como consultor do Centro de Patrimônio Mundial da Unesco para sítios culturais na América Latina e para projetos especiais.

Cyro Illídio Correa de Oliveira Lyra é brasileiro, arquiteto e urbanista, especialista em Conservação Arquitetural e doutor em Artes Visuais. Iniciou o seu trabalho no Pró-Memória, no Rio de Janeiro, e, dentre outras atividades, foi dirigente do Iphan do Rio de Janeiro e Espírito Santo, além de diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (Depam) do Iphan nacional. Sua relação com o patrimônio mundial

11 A entrevista com Adriana Careaga foi concedida em espanhol. Os excertos utilizados neste artigo foram traduzidos pelos autores.

12 A entrevista com Ciro Caraballo foi concedida em espanhol. Os excertos utilizados neste artigo foram traduzidos pelos autores.

13 Mais informações sobre este patrimônio mundial e os demais citados no texto podem ser consultadas no *site* da Unesco. Disponível em: <https://whc.unesco.org/es/list/>. Acesso em: 25 mar. 2026.

está vinculada ao seu trabalho no Icomos, conselho que ajudou a criar no Brasil e às suas funções no Iphan. Mais diretamente, ele foi consultor da Unesco, avaliando duas candidaturas a patrimônio mundial: uma cidade ao norte do Peru, que obteve o título, e uma cidade no norte de Angola. Atualmente, por meio de sua relação com o Icomos e sua trajetória na área do patrimônio e das fortificações, participa de um grupo de discussão sobre a candidatura das fortificações brasileiras a patrimônio mundial.

Dalmo Vieira Filho é brasileiro, formado em Arquitetura e Urbanismo. Além de ter sido superintendente do Iphan de Santa Catarina e ocupado outras funções de chefia no estado, atuou como dirigente nacional do Iphan, em Brasília, onde dirigiu o Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (2006-2012). Também, presidiu o Icomos do Brasil (1991-1993). Ao longo de sua trajetória profissional, participou de inúmeros debates e contribuiu com sugestões e indicações relativas ao patrimônio mundial. Além disso, esteve envolvido na base da discussão de diversos processos relacionados a bens patrimoniais considerados potenciais candidatos ao título de patrimônio mundial, muitos dos quais foram levados a cabo pelas presidências do Iphan que o sucederam. Igualmente, participou ativamente de dois processos de candidaturas brasileiras que obtiveram sucesso: Rio de Janeiro – Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar (2012) e Paraty e Ilha Grande – Cultura e Biodiversidade (2019).

Sônia Regina Rampim Florêncio é brasileira, graduada em Ciências Sociais, mestre em Educação, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Servidora do Iphan desde 2006, Sônia sempre esteve à frente da área de educação patrimonial, mobilização social e diversos projetos e programas correlatos a esses temas. Sua trajetória está ligada ao patrimônio mundial, principalmente, por meio da coordenação de dois projetos de educação patrimonial no contexto da candidatura das fortificações brasileiras a patrimônio mundial – uma em Pernambuco e uma em Santa Catarina – e de dois Fóruns Juvenis vinculados ao programa de educação patrimonial da Unesco, “Patrimônio Mundial nas Mãos de Jovens”.

Todos os entrevistados, de forma muito generosa, se dispuseram a compartilhar conosco as suas experiências e vivências com a Unesco e com o patrimônio mundial.

Enquanto dialogávamos com base em um roteiro pré-concebido e os entrevistados narravam suas experiências com o patrimônio cultural brasileiro e mundial, percebíamos considerações sobre a Unesco – seu modo de ser e agir –, a Convenção de 1972 e as Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção, e modos de operá-las.

De formas implícita ou explícita, os entrevistados expuseram avanços, permanências, preocupações, esforços, dificuldades, tensões, conflitos e, principalmente, desafios presentes nos processos vividos e na atuação da Organização diante da diversidade cultural planetária.

Com base em suas vivências e experiências, alguns entrevistados consideram que

a Organização se caracteriza como uma instituição “conservadora”, “eurocêntrica” e marcada pelo Discurso Autorizado do Patrimônio (DAP). Para Smith (2006), o DAP se caracteriza por uma definição de patrimônio construída por especialistas e pessoas que ocupam posições de poder na sociedade. De modo geral, essa visão está vinculada a uma concepção material de patrimônio e a um olhar eurocêntrico sobre o mundo, sem considerar as percepções e sentimentos das comunidades afetadas em relação ao que é e para que serve o patrimônio cultural.

Essa percepção é explicitada por meio de exemplos, de participação em avaliações de bens culturais candidatados a patrimônio mundial, processos nos quais, por vezes, fica evidente a diferença dos critérios utilizados pela Unesco ou por seus órgãos consultivos, como o Icomos, para avaliações de bens europeus em comparação com aqueles localizados em outras regiões do planeta. Outro exemplo citado foi a experiência com o “Fórum Jovem”, que faz parte do programa educativo da Unesco: “Patrimônio Mundial nas Mãos de Jovens”.

Em sua experiência com avaliação de duas candidaturas a patrimônio mundial, Castro explicita as diferenças nos procedimentos avaliativos da Unesco, a depender de onde está localizado o bem patrimonial.

Sobre um bem cultural localizado na Índia, ele comenta:

[...] era uma cidade hindu, ou seja, um país subdesenvolvido, cheio de problemas, mas era uma cidade muito interessante, do século XVIII, cidade planejada, mas tinha problemas. A Unesco viu os problemas da cidade. Então, o parecer do comitê [de Patrimônio Mundial da Unesco] que foi lá, foi para negar a inscrição (Adler Homero Fonseca de Castro, 2023).

O outro caso de avaliação vivenciado por ele se refere a um bem localizado na Alemanha. Segundo o entrevistado, esse bem também tinha problemas, mas a comissão avaliadora considerou que tais problemas poderiam ser solucionados e aprovou a candidatura. Em sua compreensão, a comissão usou critérios diferentes para os dois bens:

São dois pesos, a Alemanha é um, a Índia é outro. Isso é que tem que ser sanado na Unesco. Porque a cidade tinha, de fato, certos problemas, mas o bem tinha valor. Inclusive a indicação do voto do Brasil foi favorável à inscrição. Como é que a gente vai fazer avançar essa forma de ver para que ela seja menos tradicionalista? Esse para mim é o principal desafio (Adler Homero Fonseca de Castro, 2023).

Para o entrevistado, trata-se de um preconceito referente a Estados-partes considerados subdesenvolvidos, pois, como ele exemplifica, a lógica de que, por ser europeu, todos os problemas serão resolvidos não se confirma, haja vista a deslistagem da paisagem cultural do Vale do Elba, em Dresden, pela Unesco, no ano de 2009.

“Então, a gente sabe que não é o fato de ser na Alemanha que não vai ter problema” (Adler Homero Fonseca de Castro, 2023).

Outro exemplo nessa direção é trazido por Vieira Filho. Os casos relatados por ele chamam a atenção não só pela postura eurocêntrica da Unesco e do Icomos, mas também por esse modo de agir e de pensar, por vezes, ser reiterado por técnicos de países ainda marcados pelo colonialismo. Em algumas situações, esses técnicos acabam aplicando para si mesmos critérios restritivos que não são utilizados para os bens europeus, como no caso da candidatura da cidade brasileira de Paraty, intitulada: Paraty e Ilha Grande – Cultura e Biodiversidade, pela Unesco, em 2019.

Paraty, por exemplo, sofria com um grande preconceito, tanto de técnicos aqui do Brasil e isso, claro, se traduziu também nos técnicos da Unesco... esse preconceito... vinha de uma noção de que Paraty é uma cidade muito gentrificada... é claro que isso é um problema, mas é um problema de Paraty e de Veneza e de 100% dos patrimônios mundiais da Europa, das cidades francesas, italianas e alemãs... além da gentrificação havia uma dosagem grande de reconstruções, que aliás também existem em todos os bens patrimônios da humanidade da Europa, por exemplo. Dos Estados Unidos nem vou falar, outro o Japão e tal (Dalmo Vieira Filho, 2023).

A fala do entrevistado sugere uma espécie de retroalimentação desse pensamento conservador e eurocêntrico entre técnicos e *experts*, tanto da Europa quanto de Estados-partes. Esse processo pode até ocorrer de forma inconsciente, mas precisa ser trazido à tona para se tornar alvo de reflexão e superação.

Tais atitudes poderiam ser justificadas, por exemplo, pelo fato de o Brasil ainda trazer resquícios da sua condição de país colonizado ou pela formação comum a muitos técnicos e *experts* do patrimônio do Iphan. Isso porque, aparentemente, era prática comum, nos primeiros anos do Instituto, que seus quadros fossem formados na Europa, adotando a visão e a concepção europeias de patrimônio, como explicita Vieira Filho:

[...] muitos dos colaboradores do Iphan tinham ido fazer os cursos lá [na Europa] de aperfeiçoamento, de mestrados e tal, na época era mais um mestrado e aperfeiçoamento no curso de Roma, Florença, em contato com a França, com a Espanha, com Portugal, então o Iphan tinha sempre uma sintonia desde a origem (Dalmo Vieira Filho, 2023).

No entanto, considerando o ano de candidatura de Paraty, 2019, essa justificativa não parece fazer mais sentido, principalmente se levarmos em conta os avanços na compreensão do conceito de patrimônio, seja na literatura (Prats, 1997; Smith, 2006), seja nas legislações nacionais (Brasil, 1988; Iphan, 1937, 2000) e internacionais (Unesco, 2003), assim como os avanços nas discussões decoloniais, que questionam a própria noção ocidental de patrimônio (Chuva, 2020).

Poderíamos dizer que a postura eurocêntrica nos dois casos citados aparece de

forma explícita, mas percebemos outras manifestações, não tão evidentes nas falas de nossos entrevistados, que acabam também representando uma postura excludente – marginalizando aqueles que estão fora da Europa Ocidental ou dos Estados Unidos – e fortalece as nações ocidentais europeias e norte-americanas. Os critérios adotados, por vezes não tão evidentes, de algum modo contribuem para uma Lista de Patrimônio Mundial desigual. Um exemplo disso é a exigência de garantia de verba para a preservação e conservação do bem já no momento de candidatura, como demonstra o relato de Dalmo Vieira Filho (2023):

Eu me lembro, uma proposição do Vietnã... uma das cidades emblemáticas do Vietnã e onde o processo estava em vias de não ser aprovado, exatamente pela fragilidade das garantias, das medidas de salvaguarda e ficou patente que havia uma defasagem entre o primeiro mundo e todos os outros países que queriam participar.

Como equilibrar a Lista sem considerar as diferenças de condições objetivas dos Estados-partes da Unesco ou aplicando a mesma rigidez para nações com condições tão diversas? Como tornar a Lista do Patrimônio Mundial mais equitativa sem ajustar os critérios à diversidade de contextos existentes?

Com base em Canclini (2012), a geógrafa Simone Scifoni afirma que:

[...] o patrimônio da humanidade serve para estabelecer uma hierarquização mundial, que não somente classifica, mas também organiza as diferenças, a partir de critérios que são exteriores às realidades das sociedades periféricas. Com isso se produz uma Lista do Patrimônio Mundial concentrada nos países europeus, pouco representativa da diversidade cultural mundial. Trata-se de perguntar que patrimônio vale mais e qual vale menos? (Scifoni, 2017, p. 90).

É impressionante perceber que, mesmo que a valorização da diversidade cultural e representatividade do patrimônio já fosse uma questão discutida antes da publicação da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972 e do início de sua implementação (Mira; Sossai; Machado, 2021), os avanços nesse sentido ocorrem a passos curtos e lentos. No presente, a postura da Unesco ainda parece marcada pelo eurocentrismo, e a Lista do Patrimônio Mundial segue desigual (Scifoni, 2017; Marins, 2022; Peixoto, 2002; Canclini, 2012).

Para Adler Homero Fonseca de Castro (2023), a “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial”, publicada pela Unesco no ano de 2003,¹⁴ indica que “a Convenção de 1972 é muito conservadora em termos dos seus conceitos”, o que gerou a necessidade de uma nova convenção.

Relatando a sua experiência em um dos Fóruns Juvenis organizados pela Unesco,

14 O documento pode ser consultado no site da Unesco. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por. Acesso em: 25 mar. 2026.

ocorrido na Espanha, em 2010, onde atuou como tutora de dois jovens brasileiros, Sônia Regina Rampim Florêncio (2024) afirma que: “no discurso [da Unesco] aparece a democratização, a gestão compartilhada, mas na hora que você vai no ‘vamos ver’, ‘ah, não... autenticidade’, o foco no material. O foco na materialidade, melhor dizendo, é muito mais forte do que o foco... no valor do patrimônio”.

Como ressalta Scifoni, “A imposição de um modelo de preservação, que se afirma mundial, mas que reflete determinada forma de pensamento, só tem contribuído para reforçar desigualdades sociais” (Scifoni, 2017, p. 87). Por essa razão, é necessário rever essa cultura institucional.

Embora seja possível afirmar que houve avanços na noção de patrimônio – expostos, principalmente, na Convenção de 2003 –, a Unesco ainda é uma instituição marcada pelo DAP, como afirma Florêncio: “Eu acho que Unesco ... Acaba sendo uma coisa de especialistas”, e pela noção de patrimônio como materialidade, conforme fala da mesma entrevistada: “Ah, mas tem o patrimônio imaterial. Tem, mas não tem o peso, é quase uma concessão, sabe. O patrimônio imaterial é quase uma concessão na convenção... a materialidade ainda é muito forte” (Sônia Regina Rampim Florêncio, 2024).

Para a entrevistada, a Organização ainda não conseguiu colocar em prática uma articulação entre as duas convenções, ideia compartilhada por Adriana Careaga (2024).

Para Careaga, as duas convenções – material e imaterial – ainda não estabeleceram um diálogo eficaz. Assim, a escuta, a construção social e a participação, elementos presentes nos documentos oficiais, aparecem apenas no discurso, sem repercussão na prática.

Presumimos que tal fato ocorre devido à complexidade da Unesco, que é uma organização política formada por diferentes visões de mundo, agentes com diferentes poderes de influência e governada por uma rede com poderes desiguais (Sossai *et al.*, 2020).¹⁵

É o que pensa também Adriana Careaga (2024), quando afirma que: “quando nós falamos de Unesco, a citamos como um bloco. ‘Bem, a Unesco, a Unesco’. Mas a Unesco tem muitas *Unescos* dentro da Unesco. Muitas políticas, muitas questões e quiçá, também, às vezes... colocamos os organismos internacionais como se fossem sacros e santos e, bem, não são”.

Diante da complexidade da instituição e das diferentes visões, ainda que veladas, que permeiam suas discussões, questionamos se uma organização política tão heterogênea e estruturada em governança em rede pode realmente promover um diálogo eficaz entre as duas convenções, considerando que cada uma se baseia em uma

15 Segundo Sossai et al. (2020), a governança em rede se refere a uma ação multilateral interconectada de agentes, órgãos governamentais, instituições privadas, organizações internacionais, setores empresariais, entre outros. Ou seja, é uma governança compartilhada por diferentes representações e, por consequência, por diferentes interesses e partes implicadas.

visão de mundo distinta. Será possível convergir ações, apesar dessas diferenças?

A Unesco é reconhecida pelos entrevistados como uma instituição de importância histórica inegável, mas que enfrenta dificuldades para resolver problemas estruturais, mesmo ao reconhecer suas próprias fragilidades e tentar superá-las.

Eles observaram, em suas trajetórias profissionais, que a Unesco e seus órgãos assessores realizam uma autoavaliação sobre a desigualdade da Lista do Patrimônio Mundial e promovem tentativas para torná-la mais equilibrada. Como aponta Vieira Filho, por volta dos anos de 2009 e 2010:

[...] havia o reconhecimento da Unesco de que o mapa do patrimônio mundial estava muito centrado na Europa, nos países de primeiro mundo ... e tinha lacunas importantes em países como o Brasil, a Índia, a China, em suma, o conceito estava sendo aplicado de uma maneira eurocêntrica, que é relativamente comum nesses casos, e que ele precisava ser equilibrado por patrimônio natural, patrimônio imaterial e mesmo para uma nova configuração de patrimônio edificado, de paisagens e tal (Dalmo Vieira Filho, 2023).

Nesse sentido, segundo a entrevista de Castro, a assessoria oferecida pela Unesco e seus órgãos assessores às equipes em processo de composição de dossiê de um bem cultural para submetê-lo à avaliação do Comitê do Patrimônio Mundial, passou a contribuir para a elaboração de uma candidatura de sucesso, com vistas a um equilíbrio na representatividade.

As imposições [da Unesco] não eram assim tão diretas, eles estavam na verdade interessados em ampliar a lista de bens mundiais, eles viam isso como essencial e eram sensíveis às condições nos vários países, de dar respostas efetivas para esse nível de exigência que diz que eles tinham... eram muito mais da oportunidade, da relevância... da procedência, em si, da justificativa de inclusão de cada bem (Adler Homero Fonseca de Castro, 2023).

De fato, já no ano de 1994, a Unesco lançou o programa “Estratégia Global”, com o objetivo de tornar a Lista do Patrimônio Mundial mais representativa em termos de diversidade cultural, tipologias de patrimônio e distribuição geográfica. Embora o programa tenha promovido alguns avanços, a Organização não conseguiu resolver efetivamente o problema.

Outro de nossos entrevistados, *Ciro Caraballo* (2023), apresenta uma perspectiva mais ampla em relação à Unesco. Ele aponta que, em sua percepção, a Unesco tem enfrentado problemas de outras ordens, como a perda de poder político, falta de recursos financeiros e dificuldade de acompanhar os avanços no conceito de patrimônio.

Para esse entrevistado, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural teve um papel fundamental, sendo a base do conceito de patrimônio

mundial. Ela transformou a noção de patrimônio material, coordenou e difundiu seus valores, mas, atualmente, está obsoleta e incapaz de avançar. No entanto, isso não implica que deva ser descartada.

Eu acredito que uma Convenção como essa teve um papel fundamental, com a primeira pedra em um momento de fundação do patrimônio, transformou a compreensão sobre o patrimônio, digamos material que [existia] naquela época, a coordenou, difundiu valores que todos os países compartilham em nível global, mas seu tempo passou. Acredito que temos que compartilhar um novo discurso patrimonial, que está muito mais ligado ao patrimônio e à sustentabilidade social (Ciro Caraballo, 2023).

Caraballo compara o uso da Convenção de 1972, no tempo presente, ao uso da Bíblia para resolver os problemas do século XXI, algo que, em sua visão, não funciona.

A importância, tanto da Unesco como da Convenção de 1972, não é questionada pelos entrevistados; ao contrário, ambas são consideradas contribuições fundamentais para a valorização e preservação do patrimônio cultural em dimensão global. No entanto, reconhecem que o discurso e a prática da Unesco precisam se atualizar, levando em consideração uma noção mais abrangente de patrimônio, que incorpore a diversidade cultural trazida por debates em diferentes contextos, assim como pela Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

Para Caraballo, que se mostrou bastante pessimista em relação à Unesco, a Organização está em decadência devido à falta de recursos e à perda de poder político. Ele afirma que a Unesco está sendo substituída por outros grupos, os chamados “multicentros”, que estão mais atualizados sobre a noção de patrimônio. Para ele, o discurso da Unesco precisa ser renovado com base no valor imaterial do patrimônio, acompanhando as discussões de novos centros que despontam com força e a fragilizam (Ciro Caraballo, 2024).

Os entrevistados concordam que há ainda muito o que avançar, tanto na direção da ampliação da representação na Lista do Patrimônio Mundial quanto nas questões vinculadas ao patrimônio de modo geral, como afirma Dalmo Vieira Filho (2023):

Desde essa questão dos desequilíbrios do próprio mapa da Unesco, até os problemas de gentrificação, de valorização, as relações com o turismo, o desejo de imbricar os projetos de reconhecimento de patrimônios culturais com os seus envoltórios naturais..., mesclar e ampliar o número de manifestações imateriais, ampliar os afrodescendentes, a presença indígena... ainda é um esforço a ser perseguido.

Sônia Regina Rampim Florêncio (2024) e Adriana Careaga (2024) parecem mais otimistas. Para Florêncio, a América do Sul, África e Ásia, devido às discussões sobre patrimônio, têm potencial para influenciar as mudanças necessárias à Unesco e

à Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Do mesmo modo, para Careaga, “estudos críticos provenientes da Austrália e da América Latina, fundamentalmente no Brasil”, diz ela, por considerar a Constituição brasileira avançada por seu conceito de patrimônio, apontam para mudanças (Adriana Careaga, 2024). Ambas atribuem possibilidades de influência mais imediata para fomentar mudanças desse gênero, no encontro internacional do Icomos, de 2024, que foi realizado no Brasil, em Ouro Preto, no período de 13 a 15 de novembro, com o título: “Simpósio Científico Icomos 2024 - Revisitando a Carta de Veneza: Perspectivas Críticas e Desafios Contemporâneos”.

Segundo o *site* do Icomos internacional, o simpósio tinha como objetivo:

[...] reavaliar a Carta de Veneza no contexto dos desafios contemporâneos do patrimônio, concentrando-se em suas origens eurocêntricas, na evolução das práticas patrimoniais e na integração de percepções de convenções internacionais mais recentes. As discussões abordarão a relevância da Carta em meio a questões globais atuais, como mudanças climáticas, desigualdades sociais e urbanização, enfatizando a necessidade de práticas adaptativas de conservação do patrimônio (Icomos, 2024, tradução livre dos autores).¹⁶

Fazendo coro às duas entrevistadas, sentimo-nos animados com o debate que seria realizado no Simpósio, embora reconheçamos que mudanças significativas não possam ser efetuadas apenas em um de seus organismos de apoio. É necessário que elas ganhem força em outros organismos, instituições, governos, comunidade em geral, entre outras instituições e coletivos. Todavia, alguém precisa dar os primeiros passos, e o Icomos, sendo um organismo internacional de grande influência global e de apoio às questões patrimoniais da Unesco, tem um papel crucial nesse contexto. Aguardamos, agora, a publicação dos materiais advindos do evento e a sua possível repercussão para a área.

Para finalizar, ressaltamos que, em suas produções, Scifone (2017) e Marins (2022) apontam para uma leve mudança na direção de um reconhecimento de patrimônios mais representativos da diversificada cultural, considerando grupos tão importantes para a configuração sociocultural do mundo, mas tão pouco ou quase nada representados. É nessa direção que precisamos continuar caminhado.

Em resumo, podemos afirmar que a Unesco é uma instituição criada na Europa, no pós-guerra, como o mandato ideológico de construir a paz e a garantia da segurança entre os povos por meio da educação, cultura e ciência, a partir de uma concepção eurocêntrica de sujeito e de mundo. Como parte de suas ações, a Organização fabricou

16 O texto completo pode ser encontrado no site da instituição. Disponível em: <https://www.icomos.org/en/about-icomos/governance/general-information-about-the-general-assembly/annual-general-assembly-2024/138324-icomos-scientific-symposium-2024-theme-and-call-for-abstracts>. Acesso em: 25 mar. 2026.

a ideia de patrimônio mundial, criou o instrumento para a sua modelagem e, por vezes, contribuiu para sua ativação junto às pessoas.

Como uma instituição eurocêntrica e marcada pela governança em rede, a Unesco tem construído uma Lista de Patrimônio Mundial que reflete o poder dos países da Europa Ocidental e Estados Unidos sobre os demais países e, principalmente, uma Lista que não reflete a diversidade cultural existente no planeta.

A Lista do Patrimônio Mundial tem apresentado uma leve mudança na direção de uma representação mais diversificada de cultura, e alguns movimentos vêm sendo realizados na área para que essa representação se amplie e se fortaleça. Há, porém, muito o que avançar nesse contexto.

Considerações finais

Depois de contextualizarmos a construção e caracterização do patrimônio mundial pela Unesco, explicitarmos como as fontes produzidas pelas entrevistas de história oral foram analisadas e expormos as reflexões sobre a atuação da Organização diante da diversidade cultural planetária a partir das perspectivas de *experts* do patrimônio cultural, destacamos, aqui, as contribuições que a análise de conteúdo possibilitou às reflexões realizadas.

Por meio da categorização e sistematização dos dados da pesquisa, proporcionada pela técnica, pudemos realizar uma análise mais aprofundada das questões abordadas nas entrevistas, indo para além da aparência do fenômeno estudado. A análise de conteúdo permitiu identificar temas, padrões e significados presentes não só no discurso explícito, mas também nas entrelinhas das narrativas, no discurso implícito às respostas e comentários dos entrevistados. Dessa forma, compreendemos que a técnica conferiu densidade às análises, explicitando elementos importantes para as reflexões necessárias ao campo do patrimônio.

A partir das reflexões sustentadas pelas entrevistas orais, podemos afirmar que a Unesco é considerada uma organização importante para a valorização e preservação do patrimônio cultural mundial. A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, e as Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção, de 1976, foram instrumentos fundamentais para a construção do conceito de patrimônio mundial e continuam sendo imprescindíveis para a implementação da Lista de Patrimônio Universal Excepcional.

Embora tenha havido esforços e avanços no decorrer dos 53 anos de existência do patrimônio mundial, principalmente pela publicação da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003), o período ainda é fortemente marcado por permanências, dificuldades, desafios, tensões e conflitos.

Entre as permanências, fica evidente a postura conservadora do patrimônio, assim como eurocêntrica, por parte da Organização, ainda marcada pelo Discurso Autorizado do Patrimônio (DAP). Esse discurso continua priorizando a materialidade, valorizando mais a visão dos técnicos do que o significado do patrimônio para as comunidades e, sobretudo, mantendo uma lógica universalista que não se adequa a todas as composições socioculturais.

É possível identificar esforços para avançar essas permanências, como as tentativas de equilibrar a Lista do Patrimônio Mundial, contemplando maior diversidade cultural e disponibilizando assessorias para ajudar na construção de candidaturas bem-sucedidas.

No entanto, apesar do reconhecimento das fragilidades e dos esforços para reverter um quadro historicamente desigual de valorização e reconhecimento – evidenciado pela representatividade na Lista do Patrimônio Mundial –, as preocupações, dificuldades, desafios, tensões e conflitos ainda se destacam nesse contexto.

As dificuldades incluem trazer à tona as culturas historicamente negadas durante o período colonial, como pretendiam os países africanos quando entraram na Unesco nos anos de 1960; manter a coerência entre o discurso e a prática no que se refere à democratização, representatividade, escuta, construção social e participação; e a aplicação da Convenção de 2003 em todo o contexto do patrimônio mundial, alinhando-a à Convenção de 1972.

Como demonstram as preocupações de nossos entrevistados, o patrimônio mundial não pode ser usado como instrumento para estabelecer hierarquizações entre os Estados-partes, tampouco se valer de critérios padronizados que desconsideram as diferenças culturais e estruturais existentes.

Os desafios são muitos e complexos: superar a visão eurocêntrica e conservadora; considerar efetivamente o que pensam e sentem as pessoas das comunidades afetadas pelo patrimônio e o que os bens culturais significam para elas; tratar com equidade os Estados-partes levando em conta não apenas seu tamanho, mas também sua diversidade cultural; abandonar preconceito em relação aos Estados não-hegemônicos, utilizando os critérios técnicos – e não a situação econômica e social – para aprovar ou rejeitar candidaturas a patrimônio mundial; atuar com base em uma compreensão mais avançada de patrimônio cultural; promover um maior diálogo entre as duas Convenções, de 1972 e de 2003, adequando a esse diálogo as orientações para a aplicação desses documentos; e enfrentar a perda de poder político e de recursos financeiros por meio de uma maior aproximação com os centros emergentes que hoje despontam como referências na área.

Superar esses desafios que atravessam a existência da ideia de patrimônio mundial implica lidar com as tensões e os conflitos em vez de negá-los ou omiti-los. Implica encarar as visões de mundo dissonantes e assumir uma postura, efetivamente, condizente com o discurso democratizador e inclusivo, de modo a construir uma lista que represente a diversidade cultural global. Para isso, entendemos que a Unesco

precisa enfrentar questionamentos como:

– A Organização está disposta a ouvir, de fato, os discursos provenientes da América do Sul, África, Ásia e Austrália – regiões apontadas como construtoras de compreensões mais inclusivas e amplas da diversidade cultural do Planeta – e para repensar conceitos e práticas patrimoniais?

– A Unesco está aberta a olhar o contexto patrimonial a partir de uma perspectiva crítica do patrimônio cultural?

Entendemos que as respostas para estas perguntas podem subsidiar a construção de novas possibilidades e avanços no campo do patrimônio, particularmente, para as investigações sobre o patrimônio mundial.

Referências

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Informação e Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 13-18, jan./abr. 2014.

CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: DUARTE, Alice (Ed.). *Seminários DEPIFLUP*. v. 1. Porto: Universidade do Porto; Faculdade de Letras/DCTP, 2020. p. 16-35.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. *Análise de Conteúdo*. 2. ed. Brasília: Liber Livros Editora, 2005.

GFELLER, Aurélie Elisa; EISENBERG, Jaci. UNESCO and the shaping of global heritage. In: DUEDAHL, Poul (Ed.). *A history of UNESCO*. London: Palgrave Macmillan, 2016. p. 279-323.

HEINICH, Nathalie; MACHADO, Diego Finder; SOSSAI, Fernando. A fabricação do patrimônio cultural. *Fronteiras*, Chapecó, n. 32, p. 175-186, 2018.

MARINS, Paulo César Garcez. O Brasil que a lista do patrimônio mundial revela (e eclipsa). In: PAES, Maria Tereza Duarte; SOTRATTI, Marcelo Antonio (Org.). *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Annablume, 2022. p. 67-87.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro. *Memórias e narrativas: História oral aplicada*. São Paulo: Contexto, 2021.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2022.

MIRA, Vinícius José; SOSSAI, Fernando Cesar; MACHADO, Diego Finder. Entrevista com Amadou-Mahtar M'Bow. *Revista CPC*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 164-187, set./dez. 2022.

PEIXOTO, Paulo. A corrida ao status de patrimônio mundial e o mercado urbano de lazer e turismo. *Veredas*, Coimbra, v. 1, n. 1, p. 23-45, jul. 2002.

PRATS, Llorenç. *Antropología y patrimonio*. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.

RADUN, Denis Fernando; SOSSAI, Fernando Cesar; COELHO, Ilanil. UNESCO: The Emergence of the Ideals of Peace and World Heritage. *Contexto Internacional*, v. 44, n. 3, p. 1-22, 2022.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; PORTELA, Paula de Oliveira; BEFF DE ARAUJO, Pedro Henrique Chaves de Azevedo. Análise de conteúdo: uma proposta de aplicação para além de Bardin. In: GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; DE PAULA, Marlúbia Corrêa (Org.). *Análise de conteúdo e análise de discurso: reflexões teórico-metodológicas em diferentes vertentes*. São Paulo: Alexa Cultural/Manaus: Edua, 2022.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro. *Memórias e narrativas: História oral aplicada*. São Paulo: Contexto, 2021.

SEAWRIGHT, Leandro; MACENO, Lucas. História oral e sociedade digital. *Projeto História*, São Paulo, v. 78, p. 503-533, set./dez. 2023.

SCIFONI, Simone. Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização. *GEOSP Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 14, p. 77-88, 2003.

SCIFONI, Simone. Mundialização e a construção política do patrimônio mundial. In: CHRISTOFOLETTI, Rodrigo (Org.). *Bens culturais e relações internacionais: o patrimônio como espelho do soft power*. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2017. p. 87-98.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de Conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Qualit@S*, Campina Grande, v. 17, n. 1, 2015.

SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. Tradução Diego Finder Machado. London/New York: Routledge, 2006.

SOSSAI, Fernando Cesar. A fabricação do patrimônio cultural: experiências, emoções e affordances patrimoniais. In: LAMAS, Nadja de Carvalho; JAHN, Alena Rizi Marmo (Org.). *Arte e patrimônio: perspectivas e diálogos com Nathalie Heinich*. Joinville: Editora Univille, 2022.

SOSSAI, Fernando Cesar *et al.* Notas sobre a governança em rede do patrimônio mundial da UNESCO. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, São José, v. 2, n. 6, p. 11-31, 2020.

Fontes orais

CARABALLO, Ciro [abr. 2024]. Entrevistadora: Dalânea Cristina Flôr. Florianópolis, SC, 1 abr. 2024. *Online* pelo Google Meet.

CAREAGA Adriana [abr. 2024]. Entrevistadora: Dalânea Cristina Flôr. Florianópolis, SC, 16 abr. 2024. *Online* pelo Google Meet.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de [out. 2023]. Entrevistadores: Dalânea Cristina Flôr e

Fernando Cesar Sossai. Florianópolis, SC, 2 out. 2023. *Online* pelo Google Meet.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim [abr. 2024]. Entrevistadora: Dalânea Cristina Flôr. Florianópolis, SC, 15 abr. 2024. *Online* pelo Google Meet.
LYRA, Cyro Illídio Corrêa de Oliveira [nov. 2023]. Entrevistadores: Dalânea Cristina Flôr e Fernando Cesar Sossai. Florianópolis, SC, 14 nov. 2023. *Online* pelo Google Meet.
VIEIRA FILHO, Dalmo [nov. 2023]. Entrevistadores: Dalânea Cristina Flôr e Fernando Cesar Sossai. Florianópolis, SC, 16 nov. 2023.

Recebido em 19/02/2025

Versão final reapresentada em 01/04/2025

Aprovado em 09/03/2026

Contribuições dos autores: Sossai: Orientação da pesquisa, realização de entrevistas, orientação e revisão das análises e da redação, Flôr: realização de entrevistas, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, análise dos dados e redação.

Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 67109523.7.0000.5366.

Fonte de Financiamento: Programa de Assistência Financeira Estudantil do Ensino Superior de Santa Catarina - UNIEDU/FUMDES – Bolsa.